



Instituto Souza Cruz
Relatório de Atividades

2 0 0 3

Investindo na juventude rural

Instituto Souza Cruz

Relatório de Atividades

2003

Novos ventos	3
<i>Por Nicandro Durante</i>	
Soluções locais	4
<i>Por Leticia Lemos Sampaio</i>	
Aposta em uma nova cidadania no meio rural	5
Empreendedorismo jovem no campo	8
Por uma juventude mais consciente e solidária	14
Mudança de atitude nas escolas	14
Consciência ambiental na prática	17
Apoio a outras iniciativas	19
Foco na mulher e no jovem do campo	19
Investindo em educação	21
Inclusão digital na área rural	22
Missão cumprida	23
Responsabilidade social no pequeno varejo	23
Apoio à Jornada Integral Escolar	24
Estímulo ao desenvolvimento local	24
Mais bibliotecas para as escolas	25
Reflorestamento e educação ambiental	26
Audidores e indicadores financeiros	27
A equipe interna do Instituto Souza Cruz	30
Organizações parceiras em 2003	31

Novos ventos



Realizamos, no ano que passou, a mais importante escolha de nossa trajetória: nascido em 2000 como uma organização não-governamental de várias frentes educativas de trabalho, o Instituto Souza Cruz assumiu a orientação integral de seus esforços no empreendedorismo do jovem rural, entendido como condição necessária para o desenvolvimento local. O refinamento de nosso foco renova uma eterna meta: ser uma organização capaz de animar modelos de desenvolvimento local e influenciar as políticas públicas. Assim, ao optarmos por uma estratégia de alvo definido, estamos atuando no acúmulo de conhecimentos teóricos e na construção de alternativas práticas capazes de formar jovens líderes, empreendedores e conscientes de seu papel no meio rural brasileiro.

Um importante passo foi dado em 2003 para consolidar nossa meta de tornar o Instituto Souza Cruz referência no desenvolvimento do jovem rural. Com a extensão do Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor) ao município de Irati (PR), ampliamos o nosso compromisso de desenvolver o jovem do campo por meio de projetos comunitários, agora territorialmente estabelecidos nos três estados da região Sul, fortalecendo as capacidades locais de organização e liderança.

Ao mesmo tempo, direcionamos também esforços para a continuidade e maturação dos programas anteriormente estabelecidos. Como destaques, o programa Cuidar, que celebrou feiras municipais de integração e atividades em 11 cidades, e o Clube da Árvore, que obteve mais um espaço pedagógico com a inauguração de sua sede no Parque Ambiental de Santa Cruz do Sul (RS).

Desejo uma boa leitura do presente relatório, reforçando o nosso compromisso com a construção sustentável de um Brasil melhor.

Nicandro Durante
Presidente do Instituto Souza Cruz

Soluções Locais

O problema do desenvolvimento não é uma novidade para nós, brasileiros. Décadas marcadas por modelos de desenvolvimento econômico que previam o progresso e a modernidade se passaram até atingirmos, com nitidez, a certeza de que o crescimento econômico por si só não reforça laços de identidade e, portanto, dificilmente reafirma valores comuns. Assim, quando desvinculado de outros objetivos sociais, é inerte na geração de solidariedade e confiança, premissas para a formação de capital social, outro termo que apenas recentemente tornou-se familiar (especialmente se pensarmos que, na herança política brasileira, não são raras as ocasiões em que os benefícios sociais se apresentaram necessariamente mediados pelo Estado).

Também é de pouca idade a idéia de desenvolvimento local, ou seja, a organização territorial de dinâmicas produtivas que possam conferir poder às pessoas e instituições, sem que isso signifique a anulação de fatores externos, como o mercado e a globalização, mas que seja exatamente uma espécie de solução local aos imperativos globais.

Entretanto, as experiências de sucesso já começam a despontar. Ao optar por uma metodologia que possa desencadear processos sustentáveis dessa natureza, o Instituto Souza Cruz tem a convicção de que o território é portador de recursos que precisam ser acionados e combinados como verdadeiros ativos, conseqüentemente capazes de impulsionar as transformações necessárias à diminuição dos hiatos regionais em nosso país.

Nossa prioridade é viabilizar o principal ativo dos territórios rurais, até então um elemento praticamente invisível para as políticas públicas: o jovem. É preciso qualificá-lo para que seja revertida sua mera condição de dado nas estatísticas oficiais; é preciso viabilizá-lo enquanto agente social com potencial de alavancar melhores condições de vida para sua comunidade; é preciso, sobretudo, formá-lo diferentemente como um empreendedor solidário, subvertendo o viés individualista das capacitações que preparam apenas para o mercado e dotando-o de valores para que possa, de forma consciente, assumir seu papel social.

A amplitude de nosso desafio, o qual deverá envolver integralmente nossos esforços, nos fez refletir sobre a necessidade de revisitar nosso planejamento. O primeiro pré-requisito para que uma organização alcance com sucesso seus objetivos é possuir uma gestão eficaz, baseada em um foco preciso de atuação. Entendemos assim que o caminho mais correto é continuarmos desenvolvendo iniciativas que estejam alinhadas com o refinamento de foco do Instituto Souza Cruz: Empreendedorismo do Jovem Rural e Desenvolvimento Local.

Entender as dinâmicas particulares do meio rural brasileiro e ajudar a construir ações de protagonismo juvenil capazes de motivar o desenvolvimento territorial constituirá, dessa forma, a agenda de trabalho do Instituto Souza Cruz nos próximos anos.

Leticia Lemos Sampaio
Diretora-executiva do Instituto Souza Cruz

Nossa prioridade é viabilizar o principal ativo dos territórios rurais: o jovem. É preciso qualificá-lo, viabilizá-lo enquanto agente social e, sobretudo, formá-lo como um empreendedor solidário, dotando-o de valores para que possa, de forma consciente, assumir seu papel social

Aposta em uma nova cidadania no meio rural

Em 2003, a agricultura brasileira, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), colheu uma produção recorde de 123 milhões de toneladas. O agronegócio é hoje o setor que mais cresce na economia do país. O Brasil rural, no entanto, vai muito além disso. Sua população, segundo José Eli da Veiga, professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), é de quase 52 milhões de habitantes, parte dos quais tem laços apenas indiretos com a agricultura. “Pequenos empreendedores e profissionais liberais, como lojistas, taberneiros, alfaiates ou dentistas, todos também têm um pé na roça quando vivem em municípios rurais. E membros das famílias de sítiantes, fazendeiros ou chacareiros também são empreendedores ou empregados nos mais diversos ramos dos serviços e manufaturas. Enfim, quanto mais rural é o município, menor é a impermeabilidade dos setores econômicos”, afirma Eli da Veiga no artigo “Brasil Rural Vai Além da Agropecuária”, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em julho de 2001, e disponibilizado no site www.econ.fea.usp.br/zeeli/.

O rural, portanto, não é oposto, mas relacional ao urbano. Fora das aglomerações e centros urbanos há, segundo José Eli da Veiga, muito mais osmose entre os três setores econômicos do que sugerem estatísticas. A economia rural brasileira é bem maior que seu setor agropecuário.

Para que o progresso econômico se converta em desenvolvimento social, é preciso, no entanto, investir na capacitação da população rural. “Se isso não acontecer, as desigualdades sociais continuarão sendo reproduzidas”, afirmou Leticia Lemos Sampaio, diretora-executiva do Instituto Souza Cruz, em entrevista à revista *Marco Social*, publicada em abril de 2004.

✓ O êxodo de jovens

Em todos os países diminui de forma flagrante a quantidade de pessoas dedicadas à atividade agrícola. No Brasil, segundo Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP e do Programa de Ciência Ambiental (Procam) da USP, tivemos, em virtude de políticas equivocadas, o que alguns especialistas chamam de substituição precoce de trabalho por capital, basicamente por máquinas. Durante os anos 1970, havia muitos subsídios públicos para fazer esta troca. “Além disso, contrariamente ao que ocorreu na Europa, nosso país ainda não possui de forma expressiva políticas voltadas especificamente a atender ao desejo de permanecer na profissão agrícola de muitos jovens que, para isso, têm vocação”, alerta Ricardo Abramovay.



Jovens do Cedejor no município gaúcho de Santa Cruz do Sul

Segundo ele, há várias razões para o êxodo dos jovens do campo e elas podem variar muito de região para região. “O tempo de convivência adulta entre pai e filho é hoje muito maior do que no passado em função da longevidade e da melhoria das condições de saúde na sociedade em geral. Portanto, a chance de um filho tocar o negócio paterno é pequena. A tendência é que ele saia da propriedade e procure outra atividade”, aponta. “Além disso, a atividade agropecuária familiar é vista como pouco profissional e pouco exigente em conhecimento e informação. Não é aí que os jovens vão querer lançar as esperanças de seus anos iniciais de vida profissional. Muitas vezes, acabam ficando no campo não os que optam pela agricultura por vocação, mas os que não tiveram a oportunidade de conseguir algo melhor.”



Construção da “Estufa do Conhecimento” na propriedade de uma das jovens do Cedejor/Albardão

Naidison Baptista, secretário-executivo do Movimento de Organização Comunitária (MOC), organização não-governamental (ONG) que desenvolve ações de educação rural, fortalecimento da agricultura familiar, gênero e políticas públicas no sertão da Bahia, acredita que o êxodo é apenas uma consequência e vem sendo gerado por uma série de fatores. Um deles é a própria educação, descontextualizada. “O ensino nas áreas rurais ainda é muito distante da realidade”, reforça Cláudia Couto, coordenadora-geral de programas de inclusão educacional do Ministério da Educação até junho de 2004.

Polan Lacki, engenheiro agrônomo extensionista que trabalhou na Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) durante 23 anos, aponta dois graves problemas no sistema escolar rural. “Os conteúdos são de mínima importância, utilidade e aplicabilidade para os habitantes das áreas rurais e o ensino é teórico”, afirma. “A teoria só tem valor se é complementada pela prática. Não adianta dizer que o jovem rural deve ter uma horta, se não ensinarmos como fazê-la de forma correta e se não oferecermos a ele oportunidade de executá-la com as próprias mãos.”

✓ **Faltam escolas e recursos**

Fora isso, não há escolas suficientes para atender à demanda da educação no campo, segundo Cláudia Couto, ex-coordenadora-geral de programas de inclusão educacional do Ministério da Educação. Enquanto existem cerca de 10 mil estabelecimentos exclusivos de 5ª a 8ª séries na área urbana, na rural são 1.200. No Ensino Médio, a disparidade é ainda maior. São 20.350 na área urbana e 950 na rural.

A rede de ensino de educação básica da área rural, de acordo com os dados levantados no Censo Escolar 2002, corresponde a 107.432 estabelecimentos, o que representa 50% das escolas do país. Aproximadamente a metade delas tem apenas uma sala de aula e oferece, exclusivamente, o Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries.

Os recursos são bastante precários. Cerca de 21% das escolas não possuem energia elétrica, apenas 5,2% dispõem de biblioteca e menos de 1% oferece laboratório de ciências, de informática e acesso à internet.

Os dados, divulgados pelo Ministério da Educação em 2003, mostram que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural (3,4 anos) corresponde a quase metade da estimada para a população urbana. Os índices de analfabetismo, que já são bastante elevados na área urbana, são ainda mais preocupantes na área rural: 29,8% da população adulta é analfabeta, enquanto na zona urbana essa taxa é de 10,3%. Ou seja, faltam escolas, recursos e condições adequadas para que a popu-

Para que o progresso econômico se converta em desenvolvimento social, é preciso investir na capacitação da população rural. Se isso não acontecer, as desigualdades sociais continuarão sendo reproduzidas

lação rural possa desenvolver suas potencialidades.

Para Ricardo Abramovay, é fundamental mudar o ambiente educacional das regiões rurais reunindo dois fatores que a tradição escravista brasileira dissociou: trabalho e conhecimento. “Além da melhoria da qualidade do ensino formal, é preciso que o jovem mais interessado em estudos veja no meio rural um lugar em que ele possa realizar sua vocação profissional”, diz o especialista. “Também é muito importante que os setores privado, público e associativo das regiões rurais tenham planos de desenvolvimento cujo objetivo central seja o de aproveitar na própria região a valorização do trabalho e do talento dos jovens”, conclui.



✓ Educação e desenvolvimento local

“A educação promove a inclusão e conseqüentemente o desenvolvimento local ou territorial”, afirma Cláudia Couto, ex-coordenadora-geral de programas de inclusão educacional do Ministério da Educação. Segundo ela, a construção de uma política de educação no campo é, sem dúvida, um grande passo a ser dado.

O sociólogo e consultor em planejamento estratégico Carlos Alberto Dória acredita que estamos iniciando essa caminhada. “Os programas do Instituto Souza Cruz e de outras entidades mostram que começa a haver uma organização dos jovens no meio rural, o que faz com que os poderes públicos pensem nesse segmento”, diz ele.

Desde 2001, o Instituto Souza Cruz apóia o Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor), ONG que, a partir do conceito de protagonismo juvenil, educa jovens rurais para o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável. A idéia é integrar o jovem rural a esse processo e, ao mesmo tempo, dar novas perspectivas ao desenvolvimento local.

“Como a escola fundamental rural é de péssima qualidade e os seus conteúdos, inadequados, adquire ainda maior relevância um sistema não escolarizado, como o Cedejor, as Casas Familiares Rurais [*centros educacionais*], os serviços de extensão e outros trabalhos de ONGs”, ressalta Polan Lacki.

“Educação no campo já é uma realidade. Não é mais uma proposta”, comemora Abdalaziz de Moura Xavier de Moraes, fundador e atual presidente do Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), organização da sociedade civil de interesse público de Pernambuco que trabalha na formação de lideranças juvenis na Zona da Mata. Segundo ele, hoje há várias iniciativas como a do Instituto Souza Cruz nessa área.

O desenvolvimento sustentável para a zona rural brasileira é atualmente um grande desafio para o Brasil. “Se existe um fator crítico do sucesso do desenvolvimento nas próximas décadas, ele está na área de informação e conhecimento”, aponta Carlos Alberto Dória. “À medida que se dissemina informação e conhecimento localmente de modo a despertar a criatividade das pessoas e a capacidade de empreender, é que ocorre um processo de desenvolvimento descentralizado, mais harmônico e auto-sustentável”, conclui. Para o sociólogo, apenas a organização desses jovens e a sua crescente qualificação podem reverter o seu destino de exclusão social, que tem sido típico do nosso modelo de desenvolvimento. Essa ruptura, por sua vez, depende, segundo ele, da sua capacitação para empreender e liderar processos de criação de riqueza.

É exatamente nesse sentido que o Instituto Souza Cruz vem dirigindo seus esforços. “O jovem preparado tecnicamente, consciente de seu papel social, é a alavanca de mudança e o fermento de uma nova cidadania no meio rural e nas comunidades onde vive”, declara Leticia Sampaio. “Se quisermos uma agricultura forte e economicamente justa, teremos de investir na capacitação da população rural.”

Cedejor de São
Martinho, em
Santa Cruz do Sul

“É fundamental mudar o ambiente educacional das regiões rurais reunindo dois fatores que a tradição escravista brasileira dissociou: trabalho e conhecimento”

Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA, da Universidade de São Paulo (USP), e do Procam da USP

Empreendedorismo jovem no campo

Desde que foi criado, em julho de 2001, o **Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural (Cedejor)** trabalha na formação de jovens do campo com a dupla missão de prepará-los para transformar sua própria realidade e para promover mudanças em suas comunidades, tornando-se agentes do desenvolvimento local. Em seu terceiro ano de funcionamento, o programa já apresenta resultados nas duas frentes. “Esses jovens deixaram de ser anônimos na família e na sociedade”, resume a educadora e psicóloga Maria Lêda Lopes da Silva, consultora pedagógica do Cedejor. “Eles eram inibidos, não se sentiam com o direito de falar. Agora começam a participar das decisões em casa e na comunidade. Para mim, essa é uma grande conquista do Cedejor.”

Constituído como uma organização não-governamental, o Cedejor nasceu de uma iniciativa do Instituto Souza Cruz, que articulou sua implantação com lideranças da zona rural do Sul do país. O instituto acompanha de perto as atividades do programa, dando apoio financeiro e assessoria técnico-pedagógica. Inicialmente, foram montados três núcleos do Cedejor no interior do Rio Grande do Sul: os de Albardão e Casa Jesus Maria José, próximos à cidade de Rio Pardo, e o de São Martinho, em Santa Cruz do Sul. Em dezembro de 2002, um quarto núcleo foi inaugurada em Santa Catarina, no município de Lauro Müller. Além destes núcleos, que atendem 116 jovens no total, mais um começou a ser articulado em 2003 para ser lançado em 2004, em Irati, no Paraná.

Podem ingressar no Cedejor filhos de agricultores com idade entre 15 e 24 anos. O trabalho desenvolvido tem o objetivo de promover o protagonismo juvenil, o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável nas localidades em que o programa atua. Na prática, os jovens são capacitados para ter uma participação mais ativa nas pequenas propriedades familiares e para criar alternativas que os permitam se fixar no campo. A discussão não se restringe à agricultura. Abrange também outras atividades econômicas que podem ser desenvolvidas no meio rural. “Para mim, os ensinamentos mais importantes do Cedejor foram aprender a sonhar e a montar um empreendimento”, considera Daiane Felten de Sá, de 20 anos, participante do núcleo da Casa Jesus Maria José. “Com uma educação voltada para a realidade do campo, procuramos criar oportunidade de trabalho e não só buscar emprego na cidade.”

Quando o Cedejor foi lançado, Daiane morava em outra cidade, na casa da irmã, e trabalhava em uma fábrica de calçados. Inscreveu-se no programa e voltou para a casa dos pais. Hoje ela tem planos de produzir macarrão caseiro na propriedade da família. Em outubro de 2003, juntou-se a uma colega do Cedejor, Graciana Lima da Silva, e as duas começaram a desenvolver um projeto para estudar a viabilidade do empreendimento. “Estamos fazendo pesquisa de mercado, planejamento e orçamentos para analisar a demanda do produto e os custos do negócio”, conta Daiane. Até novembro de 2004, o projeto deve estar concluído. Se a avaliação for positiva, a idéia é montar o negócio no início de 2005. “No curso de capacitação rural que fiz no Cedejor, em parceria com o Sebrae, aprendi a administrar uma empresa rural. Agora, estou aplicando esses conhecimentos.”

Outro foco do trabalho realizado no Cedejor é o fortalecimento da auto-estima dos



Atividade prática do Cedejor no núcleo de São Martinho, em Santa Cruz do Sul



Daiane Felten de Sá e Graciana Lima da Silva, do núcleo Casa Jesus Maria José

jovens e do espírito de solidariedade e cooperação. “Depois do programa, os jovens estão mais dispostos a se unir para batalhar por mudanças, apesar de toda a fragilidade da nossa região. Não querem mais sair daqui e tentar a vida na cidade”, comenta a professora Sonia Regina Romano Domingues Silva, membro do conselho comunitário do Cedejor no núcleo da Casa Jesus Maria José. Sonia é mãe de um dos participantes do programa, Cássio, de 17 anos. “Foi uma experiência fundamental para o meu filho. Ele perdeu a timidez, passou a se relacionar melhor com as pessoas, hoje fala em montar um projeto de vida e tem abertura para discutir qualquer assunto”, diz Sonia.

As mudanças promovidas pelo Cedejor nas regiões em que o programa está instalado já despertaram interesse na universidade. Em maio de 2003, André Ofenhejm Mascarenhas, doutorando da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de São Paulo, visitou os núcleos de Albardão e Casa Jesus Maria José acompanhado do professor Flávio Vasconcelos. Foi o ponto de partida de um trabalho de doutorado na área de cultura organizacional. Depois da visita, Mascarenhas, que é formado em Administração de Empresas e Ciências Sociais, definiu que fará sua tese sobre a mudança cultural operada pelo Cedejor. “Vimos uma mobilização que me pareceu muito frutífera”, afirma. A defesa da tese está programada para o final de 2005.



Dirceu Batista Weber,
participante da unidade
de São Martinho

✓ Dentro e fora da sala de aula

O programa de atividades do Cedejor segue a Pedagogia da Alternância, sistema desenvolvido na França e baseado em períodos intercalados de aprendizagem no campo e na sala de aula. Os jovens passam duas ou três semanas por mês na propriedade dos pais e uma semana na sede do Cedejor – a semana de alternância. Monitores e coordenadores fazem visitas às propriedades dos jovens para acompanhar o trabalho no campo. Na semana de alternância, são realizadas atividades com a equipe do Cedejor e cursos ou palestras com profissionais trazidos de fora. Alguns são convidados em função de necessidades e interesses revelados pelos próprios jovens. Já foram montadas, por exemplo, atividades sobre cultivo de hortaliças orgânicas ou criação de gado para a produção de leite.

A formação dos jovens abrange três eixos: técnico, humanístico e gerencial. Na conclusão do Cedejor, cada participante deve apresentar um projeto de investimento para sua propriedade. “O trabalho que fazemos no primeiro ano nem sempre é compreendido pelos pais. Agora, na fase de elaboração dos projetos, eles estão vendo quanto é importante esse investimento”, conta Jovani Augusto Puntel, coordenador do núcleo da Casa Jesus Maria José.

Com esse programa, o Cedejor não se propõe a substituir o ensino formal. Essa é uma diferença em relação às Casas Familiares Rurais, que também seguem a Pedagogia da Alternância: o jovem não sai do Cedejor com certificado do Ensino Fundamental. O que se pretende é oferecer uma formação complementar. Há, entre os participantes, jovens que também frequentam a escola e outros que tinham parado de estudar e resolveram se inscrever no Cedejor. “Deixei a escola na 7ª série para trabalhar na agricultura porque

achava que o que me ensinavam não tinha utilidade para mim. Quando soube desse programa, achei que seria uma chance de aprender coisas que vou usar no meu trabalho”, diz Dirceu Batista Weber, de 25 anos, jovem do núcleo de São Martinho.

O engenheiro agrônomo Polan Lacki acredita que o Cedejor tem um papel importante a cumprir se conseguir superar as deficiências do sistema oficial de ensino. “Acho que o Cedejor é ainda mais importante pelo fato de que a escola fundamental rural não cumpre sua finalidade. A escola fundamental rural deveria ensinar valores, conhecimentos e habilidades que sejam úteis e aplicáveis para quem vive e trabalha no meio rural”, argumenta. Polan Lacki defende um caminho a ser seguido por instituições como o Cedejor: “É necessária uma enorme dose de realismo, de objetividade e de pragmatismo para formar jovens que sejam corretores das ineficiências do meio rural e solucionadores dos problemas que existem no campo”.

✓ Resultados concretos

Um dos resultados alcançados pelo Cedejor é o surgimento de uma série de iniciativas dos jovens envolvendo desde melhorias nas propriedades dos pais até projetos para a comunidade. Muitos jovens conseguiram vencer resistências paternas e introduzir inovações na produção familiar, como técnicas de plantio menos agressivas ao meio ambiente e um controle maior da administração e do fluxo de caixa. O agricultor Roque Duarte Rinaldi, de Lauro Müller, percebe a influência do trabalho do Cedejor sobre sua filha Suzana, de 16 anos, em pequenas interferências que ela passou a fazer na propriedade da família. “A gente tinha horta caseira, mas era feita de uma maneira errada. Suzana passou a acompanhar o trabalho e tudo o que ela sugeriu deu resultado”, exemplifica.

Algumas iniciativas dos jovens são coletivas. Participantes da Casa Jesus Maria José começaram a se reunir em 2003 para organizar uma cooperativa de produção de hortaliças orgânicas, a Associação de Jovens Agricultores Ecologistas (Ajae). “A idéia surgiu quando estávamos fazendo um curso de produção ecológica no Cedejor”, lembra Alci José da Silva Silveira, de 17 anos, um dos integrantes da Ajae. Durante o curso, os jovens fizeram uma visita ao Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (Capa), ONG que apóia a produção de orgânicos na região. Em seguida, o grupo juntou-se a outros agricultores da comunidade, buscou a assessoria técnica do Capa e começou a plantar de forma experimental antes do final de 2003.

No núcleo de São Martinho, a jovem Marisa Daniela Fausto, de 21 anos, começou a reunir colegas em 2003 para montar um projeto semelhante de cooperativa. “A idéia é trabalhar só com produção ecológica, sem uso de adubos químicos ou venenos”, afirma Marisa. Em Albardão, os jovens construíram uma estufa na casa de uma das participantes, Daiani Eifler Silva, de 20 anos, para produzir hortaliças e flores. O projeto foi batizado de Estufa do Conhecimento e a construção terminou em novembro de 2003. Os jovens foram divididos em quatro grupos e a cada semana um grupo pode trabalhar no local. “Para eles, é uma forma de colocar em prática o que viram nos cursos técnicos e também de aprender a comercializar sua produção”, diz Eriton da Silva Rocha, coordenador do Cedejor em Albardão.

As iniciativas dos participantes do Cedejor envolvem também cidadania. Um grupo do núcleo de Albardão começou um trabalho de conscientização



Acima, a “Estufa do Conhecimento”, iniciativa dos jovens do Cedejor de Albardão. À esquerda, Wagner Moura, um dos organizadores do projeto Lixo no Lixo



Obras da nova sede de Albardão, construída por jovens do Cedejor e moradores locais

sobre o lixo depois de constatar que esse era um dos maiores problemas da região de Rio Pardo. “Não existia coleta de lixo na zona rural. As pessoas queimavam, enterravam ou deixavam na beira do rio”, explica Wagner Rafael Barros de Moura, de 17 anos. O grupo lançou então o projeto lixo no Lixo. Os jovens organizaram reuniões com a comunidade e montaram uma peça de teatro sobre o assunto para ser apresentada em escolas da cidade. A repercussão chegou ao poder público local e em 2003 Albardão e as outras comunidades da zona rural de Rio Pardo passaram a ter coleta de lixo quinzenal.

✓ Trabalho em mutirão

O envolvimento dos jovens com o Cedejor se estende às famílias e à comunidade. A participação, muitas vezes, surpreende a própria equipe do programa. Em 2003, o núcleo de Albardão conseguiu unir jovens, pais e moradores locais, além de participantes de outras unidades do Cedejor, em torno do projeto de construção de sua sede própria. Até então, as atividades do Cedejor eram realizadas na escola municipal Casimiro de Abreu. Uma mesma sala cedida pela escola tinha de ser utilizada para reuniões dos monitores, uso de computadores e alojamento dos jovens. “Desde o início do Cedejor tínhamos o sonho de ter uma sede que fosse adequada às nossas necessidades”, conta o coordenador Eriton Rocha.

Um incidente fez com que o projeto ganhasse força na comunidade de Albardão.

Em abril de 2003, os cinco computadores e todos os outros equipamentos do Cedejor foram roubados. A equipe do Cedejor fez uma reunião com os pais e surgiram propostas para arrecadar dinheiro e comprar novos equipamentos. Foram organizadas rifas – vendidas também pelos núcleos de São Martinho e Casa Jesus Maria José – e festas. A mobilização ganhou corpo, sob o nome de Projeto Fênix, e passou a ter outra meta além da compra dos equipamentos: a construção da nova sede de Albardão. Com 35 mil reais arrecadados, o grupo buscou o apoio da prefeitura de Rio Pardo e do Instituto Souza Cruz para viabilizar o projeto.

Com a parceria do Instituto Souza Cruz, os jovens do Cedejor, monitores, pais e moradores locais começaram a obra no final de outubro, em regime de mutirão. O terreno foi doado por um agricultor de Albardão, Albrecht Benno Petry. “Resolvi ajudar porque o Cedejor é um trabalho muito bom para a nossa comunidade. Não existia nada parecido com esse curso por aqui”, diz Petry. Na construção da nova sede, os moradores de Albardão trabalharam sob a orientação do engenheiro Guenter Knies, de Santa



Albrecht Benno Petry, agricultor que doou o terreno para o Cedejor de Albardão

Cruz do Sul. “Como boa parte da mão-de-obra era voluntária, procuramos construir e ao mesmo tempo ensinar o pessoal como se constrói um prédio. Os jovens estavam aprendendo uma nova profissão, de pedreiro ou carpinteiro”, relata Knies.

Entre os voluntários, havia até jovens de outro núcleo do Cedejor. Mauro André Staub e Paulo Aloísio Mees, de São Martinho, foram trabalhar na obra de Albardão com a intenção de adquirir experiência em construção civil. O prédio, com 523 metros quadrados de área construída, ficou pronto em menos de cinco meses. Foi inaugurado no final de março de 2004 e tem laboratório de informática, plenária para aulas e outras atividades, dois alojamentos independentes, biblioteca, sala de jogos e refeitório. “Antes da conclusão da primeira turma em Albardão, já se construiu uma sede própria. É um sinal do comprometimento da comunidade com o Cedejor”, avalia a consultora pedagógica do programa, Maria Lêda Lopes da Silva.



Atividade de informática na unidade do Cedejor em Albardão

✓ Capacitação permanente

Para desenvolver o trabalho de formação dos jovens nas comunidades rurais, as equipes do Cedejor passam por um processo de capacitação permanente. Desde o início do programa, a consultora Maria Lêda acompanha o trabalho dos núcleos em visitas regulares e articula com o Instituto Souza Cruz a ida de outros profissionais às unidades do Cedejor para realizar treinamentos sobre temas específicos, como projetos de investimento de capital. “Além de sermos preparados para trabalhar com os jovens, somos capacitados para garantir a sustentabilidade da organização”, esclarece Jovani Puntel, coordenador da Casa Jesus Maria José.

Puntel começou em outubro de 2003 um curso de especialização em Desenvolvimento Local promovido pelo Centro Internacional de Formação, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). “O Cedejor defende a criação de parcerias entre setor público, privado e comunidade. Propõe que o desenvolvimento aconteça a partir do conhecimento e de ações de valorização do território. Neste sentido, a capacitação traz ferramentas para elaboração de uma política de desenvolvimento que respeite esses princípios”, diz Puntel. O coordenador de Albardão, Eriton Rocha, também teve contato com outras experiências relacionadas ao tema em 2003: ele participou da Expo Brasil Desenvolvimento Local, realizada no mês de novembro em Belo Horizonte. “Foi uma oportunidade de estabelecer melhores parâmetros para avaliar o trabalho que realizamos no Cedejor”, conta.

A participação em congressos e as visitas técnicas a outras instituições são valorizadas dentro do Cedejor e envolvem tanto os monitores e coordenadores quanto os jovens. Em maio de 2003, o coordenador Jovani Puntel acompanhou jovens dos quatro núcleos e alguns pais ao I Congresso Internacional da Pedagogia da Alternância, promovido pela Associação Regional das Casas Familiares Rurais do Sul do Brasil (Arcafar/Sul) em Pato Branco, Paraná. “Há jovens no Cedejor que nunca saíram de suas localidades no campo. Chegar a um congresso como esse e ver palestras de educadores internacionais tem um grande valor. Se quisermos ter jovens interventores sociais, participantes, precisamos valorizar essas oportunidades”, defende Puntel.

“O Cedejor lida com desenvolvimento local, que envolve não só o aspecto econômico mas também o social e humano”

Jovani Puntel, coordenador do núcleo Casa Jesus Maria José

As experiências e conhecimentos adquiridos em eventos como o congresso de Pato Branco são repassados para o resto do grupo. Essa é uma preocupação que está presente também nas outras atividades do Cedejor: o aprendizado deve ser sempre compartilhado. Essa característica do programa é levada em consideração na própria programação dos cursos. “Montamos um treinamento de informática que ensinava a usar as ferramentas de computação pessoal e ao mesmo tempo capacitava os monitores e jovens para se tornarem multiplicadores”, conta Vinicius Jorge Viana, gerente da Souza Cruz que coordenou um curso básico de computação no Cedejor em novembro de 2003.

Nos núcleos de São Martinho e Albardão, os jovens resolveram dar aulas de informática aos moradores locais. Em ambos os casos, as atividades são gratuitas e as turmas são formadas por pessoas de diversas idades. “Para mim é importante repassar o que a gente sabe para a comunidade, que não tem como pagar um curso de computação de 200 reais”, diz Rosicléa Braz, que integra o grupo Jovens Voluntários em Albardão. O grupo tem dez turmas de alunos e atende um total de 103 pessoas, de 8 a 50 anos. “Quanto mais a gente faz, mais aprende junto”, completa Rosicléa.

✓ Cedejor no Paraná

Paralelamente às atividades dos quatro núcleos do Cedejor no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, foi realizado em 2003 um trabalho de articulação das lideranças de Irati, no Paraná. Em abril, foi organizado um seminário de mobilização com o objetivo de avaliar se existia realmente demanda e interesse por um programa como o do Cedejor na região. A partir daí, deu-se início a uma série de encontros com jovens, pais e representantes da comunidade para discutir a implantação do Cedejor em Irati. “Foi realizado um trabalho corpo a corpo com a comunidade para mostrar a importância de termos uma iniciativa de formação dos jovens”, define a professora Patrícia Cristina Sapla, que participou do trabalho de mobilização comunitária.

Segundo Patrícia, no primeiro momento a comunidade se mostrou resistente à novidade, mas aos poucos os moradores passaram a participar e se envolver. “Eles tomaram para si o processo, o que foi fundamental para a legitimidade do projeto”, diz Patrícia. Ficou decidido em assembléia de constituição do Cedejor que as atividades começariam no segundo semestre de 2004. O prédio foi cedido, em sistema de comodato, pela Associação de Agricultores de Guamirim, localidade de Irati. Para aproximar a comunidade local do programa, foram organizadas visitas às outras unidades do Cedejor em setembro de 2003, com participação de jovens, pais e lideranças. A jovem Danielle Neumann, de 18 anos, foi uma das primeiras a se inscrever no núcleo de Irati depois de conhecer o trabalho de Lauro Müller e Albardão. Filha de agricultores, ela parou de estudar quando concluiu o Ensino Fundamental, há três anos, e hoje trabalha com os pais na lavoura. “Pelo que vi nos outros núcleos, percebi que, para mim, o Cedejor é uma oportunidade de melhorar de vida”, conta Danielle. “Também achei importante ver a união do grupo e sua ligação com a comunidade. Com o que aprendem no Cedejor, os jovens contribuem para melhorar o lugar onde vivem.”



Participantes do Cedejor em São Martinho, Santa Cruz do Sul

Por uma juventude mais consciente e solidária

Além do Empreendedorismo do Jovem Rural, o Instituto Souza Cruz desenvolveu outros três programas em 2003: o Clube da Árvore e o Hortas Escolares, que ajudam a despertar a consciência ecológica dos alunos de escolas públicas; e o Cuidar, programa que leva à rede pública de ensino uma proposta baseada na educação para valores. Esta última iniciativa, que nasceu com o compromisso de construir um jovem autônomo, solidário e competente, atingiu, em 2003, 94.678 alunos, 4.806 professores e 77.897 pais de 244 escolas públicas do país.



Mudança de atitude nas escolas

Em outubro e novembro de 2003, as escolas participantes do programa **Cuidar**, realizado em parceria com Secretarias Municipais de Educação, organizaram pela primeira vez apresentações públicas dos trabalhos realizados no programa. As Feiras do Cuidar, promovidas em 11 cidades do país, tiveram peças de teatro, shows de música, leitura de textos e outras atividades feitas por alunos a partir da 5ª série. A produção apresentada enfocava temas com que cada escola havia trabalhado no Cuidar durante o ano letivo – solidariedade e respeito às diferenças, por exemplo. “A mostra do Cuidar provou o envolvimento dos professores, pais e alunos com o programa. Tivemos por volta de 3 mil participantes desses três segmentos”, diz Magda Mozzaquatro Rigue, coordenadora pedagógica da Secretaria Municipal de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul.

Em Santa Cruz do Sul, o Cuidar está implantado em 20 escolas municipais e no Núcleo Municipal de Educação de Jovens e Adultos. Segundo Magda, os resultados são visíveis: as escolas passaram a valorizar mais projetos envolvendo os alunos (de teatro e reciclagem de lixo, por exemplo) e houve um aumento da auto-estima, da participação e da solidariedade dos jovens. Estudantes das séries mais adiantadas passaram a organizar reforço escolar e atividades na hora do recreio para os menores. “O Cuidar desenvolve no jovem uma consciência mais responsável de seu papel na sociedade”, afirma.

A rede do Cuidar engloba outros municípios do Rio Grande do Sul (Rio Pardo), de São Paulo (Campinas), de Minas Gerais (Araxá, Juiz de Fora e Pará de Minas), do Espírito Santo (Vila Velha) e do Ceará (Acopiara, Iguatu, Jucás, Quixelô e Orós). Idealizado pelo pedagogo Antonio Carlos Gomes da Costa, o programa surgiu da preocupação com as situações de risco pessoal e social enfrentadas pelos jovens, como a criminalidade e o envolvimento com álcool, fumo e drogas ilícitas.

Com o objetivo de preparar os jovens para lidar com essas situações e tomar decisões

Alunos de escola pública
que participam do
programa Cuidar

diante delas, foi desenvolvida uma proposta pedagógica que leva em consideração o Paradigma do Desenvolvimento Humano, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD). Segundo o paradigma, todo ser humano nasce com potenciais variados e tem o direito de desenvolvê-los. Para isso, precisa apenas de oportunidades, principalmente culturais e educacionais.

A proposta que o Cuidar leva às escolas da rede pública está baseada na educação para valores, na ética inclusiva e no estímulo ao protagonismo juvenil e social. A idéia de protagonismo, para o programa, não tem um sentido individualista. Está sempre associada à solidariedade. Outros princípios que orientam o trabalho desenvolvido são a transversalidade e a educação por projetos. As próprias escolas definem temas transversais a serem adotados nas aulas de diferentes disciplinas e em atividades extracurriculares.



Feira do Cuidar na cidade de Santa Cruz do Sul, em outubro de 2003

✓ Expansão e consolidação

Concebido pelo educador Antonio Carlos Gomes da Costa, diretor-presidente da Modus Faciendi, o programa foi implantado pelo Instituto Souza Cruz em 1999, envolvendo no começo três cidades – Juiz de Fora, Campinas e Iguatu. Em 2002, teve início uma fase de expansão e consolidação. Foram feitos convênios com as Secretarias de Educação dos demais municípios que hoje fazem parte do Cuidar e com os quatro núcleos do Cedejor, outro programa do instituto (*veja texto na página 8*). O programa passou a ser coordenado por uma equipe de educadores contratados pelo instituto. Atualmente, o grupo é formado por Maria José de Oliveira Canfora, Newton de Abreu Pithan, Regina Lúcia Ribeiro Tavares, Reinaldo Antônio da Silva e Wanderley da Silva, todos com experiência no ensino público.

Essa nova fase aprofundou as conquistas do Cuidar. “Os principais avanços que observamos foram um protagonismo mais efetivo dos jovens e um aumento da participação dos professores e, em menor escala, dos pais”, diz Regina Tavares, que coordenou o grupo de educadores em 2003. “Os três segmentos estão compreendendo melhor a proposta do Cuidar”, completa Wanderley da Silva. O envolvimento dos professores e pais com o programa é uma das preocupações centrais da equipe para que os resultados sejam alcançados. Os professores são estimulados a buscar uma relação mais horizontal com os alunos, e as famílias são convidadas a participar mais das decisões na escola.

Os responsáveis pelo Cuidar em cada cidade percebem mudanças nessas relações. “A gente sente uma presença maior do professor e uma afetividade maior do aluno com o professor”, conta Maria Heloísa Holanda de Albuquerque, secretária de Educação de Acopiara. “Além disso, a presença da família na escola aumentou 100%. Para os alunos, é um estímulo muito importante saber que seus pais, apesar de terem pouco estudo, estão valorizando a escola.” Em algumas cidades, como Rio Pardo e Pará de Minas, o contato com o Cuidar levou pais de alunos a procurarem cursos de alfabetização de adultos.

✓ Avaliação externa

A influência do Cuidar sobre a integração da comunidade escolar foi detectada também na avaliação feita pelo Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Claves), da Fundação Oswaldo Cruz. O Claves avaliou o programa em quatro etapas e o último relatório, com ênfase nos resultados, foi concluído em 2003. “Vários atores do processo ressaltam como importantes resultados positivos as mudanças nas relações. Essas mudanças, qualitativamente, significam que o Cuidar teve o mérito de ‘desestruturar’ a arquitetura autoritária e excessivamente hierárquica de várias escolas, criando bases de maior confiança e respeito entre educadores e educandos”, diz um trecho do relatório.

Na avaliação do Claves, foram enumeradas também transformações operadas no comportamento dos jovens, como o desenvolvimento de uma maior responsabilidade diante de situações de risco e o reconhecimento da importância da escola para a realização de seus projetos de vida. No dia-a-dia das escolas, os professores identificam exemplos desse ama-

durecimento apontado pelo Claves. “Os alunos passaram a respeitar mais os horários de entrada e saída nos intervalos e o relacionamento entre eles melhorou”, conta Cleusa Maria Machado Sturza, supervisora escolar da Secretaria de Educação de Rio Pardo. “O protagonismo diminui os riscos de envolvimento com drogas e participação em gangues”, diz Marlene Storch Queiroz da Costa, gerente de avaliação da educação da Secretaria de Educação de Vila Velha.

Essa postura mais responsável dos jovens está registrada também no Livro *Diário do Adolescente*, agenda distribuída anualmente aos participantes do Cuidar. A agenda traz frases sobre protagonismo, cidadania e outros temas relacionados ao programa, boa parte recolhida da produção dos alunos. Em 2003, integrou um kit que incluía também um CD-ROM com registros das atividades desenvolvidas pelas escolas e um livro sobre o programa. “Todo esse material ilustra o trabalho realizado e ao mesmo tempo serve para a troca de experiências entre as escolas”, afirma Reinaldo Antonio da Silva, da equipe de educadores do Cuidar.



Escola ligada ao programa Cuidar em Araxá, Minas Gerais

✓ Parecer favorável

Além das 11 cidades envolvidas no Cuidar, mais uma participava do programa no início de 2003: Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Como nos outros casos, a Secretaria Municipal de Educação tinha assinado um termo de cooperação técnica com o Instituto Souza Cruz, e o Cuidar estava implantado em escolas da rede municipal desde 2002. As atividades foram interrompidas depois que a Câmara Municipal encaminhou à Secretaria de Educação e à Promotoria da Infância e da Juventude, em abril de 2003, um requerimento pedindo que o material didático do programa fosse recolhido das escolas e incinerado, sob a alegação de que poderia incentivar o tabagismo.

A promotoria abriu um inquérito civil para investigar os fatos e solicitou uma avaliação do programa ao psicólogo Adriano Gosuen, que atua desde 1996 na área da infância e adolescência. No relatório elaborado sobre o caso, o psicólogo se declarou favorável à continuidade do Cuidar em Ribeirão Preto e destacou, entre os pontos positivos, o humanismo proposto pelo programa e o fato de que sua eficácia tenha sido avaliada pelo Claves, “uma instituição respeitada internacionalmente”, conforme destaca o relator.

“O programa, no meu entendimento, contribui para a formação do adolescente como um todo e não só na questão da prevenção do tabaco”, afirma Adriano Gosuen. “Sua pertinência está em possibilitar que a comunidade escolar realize o delicado trabalho de bordar as relações humanas, aspecto que não tem sido trabalhado pelos governos.”

No dia 16 de abril de 2004, a secretária de Educação de Ribeirão Preto, Francisca Paris, compareceu a uma audiência sobre o caso e se manifestou favoravelmente à retomada do programa, desde que fossem retiradas algumas fotografias do material didático do Cuidar. Nessas duas fotografias, publicadas no volume 1 do *Livro do Professor* (página 128) e no *Guia dos Pais* (página 24), segundo alega a secretária, aparecem pessoas segurando canetas em posição semelhante à de quem segura um cigarro.

Segundo Marcio Schiavo, diretor-presidente da Comunicarte, agência de responsabilidade social responsável pela elaboração do material didático do programa, a caneta que aparece nas fotos representa o conhecimento, o processo educativo. “Cientificamente, está comprovado que as pessoas projetam suas imagens no que vêem. Provavelmente, é isso que está ocorrendo”, diz ele.

Até junho de 2004, o inquérito ainda não havia sido concluído. Para Marcelo Goulart, promotor da Infância e Juventude de Ribeirão Preto, o programa é muito bom e não há nenhum problema quanto ao seu conteúdo. O problema, segundo ele, está nessas fotografias. “A minha proposta para um acordo é não utilizar mais essas imagens ou substituí-las por outras”, diz ele.

Consciência ambiental na prática

Os alunos das escolas públicas de Jucás, no interior do Ceará, plantaram em 2003 mais de 200 mudas de árvores nas margens do rio que corta o município. Foi a forma que encontraram de enfrentar um problema de erosão que eles próprios identificaram durante atividades escolares realizadas no local. A consciência ambiental dos estudantes da cidade também é colocada em prática em outros trabalhos. Eles participam de um projeto de reciclagem de papel para a confecção de material escolar, o Reciclarte, produzem hortaliças que são utilizadas na merenda servida na rede municipal de ensino e organizam campanhas de conscientização sobre temas como a derrubada de árvores.

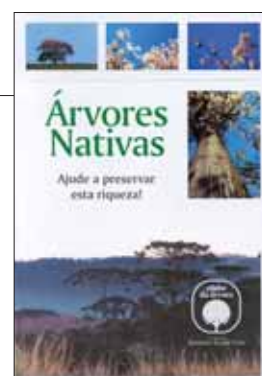
Todas essas iniciativas foram motivadas por dois programas de educação ambiental do Instituto Souza Cruz, o Clube da Árvore e o Hortas Escolares, que chegaram às escolas de Jucás em 2001. Em ambos os programas, as escolas inscritas recebem a cada ano um kit com sementes e material didático-pedagógico. "A gente vê os resultados na prática", afirma José Helder Barros, secretário municipal de Educação de Jucás. "Hoje os alunos estão atentos aos problemas do meio ambiente e têm uma participação muito ativa nesse trabalho. Cada um quer apresentar alguma proposta diferente, inovadora."

✓ Mais de 20 anos de atividade

O **Clube da Árvore** envolve um total de 647 municípios. Criado pela Souza Cruz em 1982 e incorporado pelo Instituto Souza Cruz em 2000, é um dos mais antigos programas de educação ambiental em atividade no país. Em 2003 participaram 1.889 escolas, 74.292 alunos e 3.103 professores de todo o Brasil. Com os kits recebidos, os clubes montados em cada escola plantam mudas de árvores e desenvolvem trabalhos em aula. "O Clube da Árvore é importante por valorizar a planta viva, não a planta como madeira, como tábua. Além disso, as crianças são incentivadas a produzir mudas e conhecer a técnica simples que há por trás do plantio", avalia o professor Jair Putzke, coordenador do laboratório de botânica da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc).

Cada escola participante do programa recebe um *jornal trimestral* e toma parte de promoções envolvendo todos os clubes. Uma delas é a Coleta de Sementes, realizada todos os anos, em que os alunos aprendem a coletar e identificar sementes de árvores da vegetação local. As outras promoções mudam a cada ano. Em 2003, foi organizado um concurso de histórias em quadrinhos entre os estudantes de todos os clubes do país. Eram esperadas entre 2 mil e 2.500 histórias e foram recebidas mais de 5.500. "Foi uma resposta fantástica. O trabalho envolveu não só os alunos mas também professores, pais e pessoas da comunidade", conta a orientadora educacional Marli Piel, que coordenou a avaliação do concurso. Marli, que nos tempos de estudante foi vice-presidente de um dos clubes da árvore em Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, acredita que, mais do que ensinar a plantar árvores, o programa sensibiliza as pessoas para a necessidade de cuidado com o meio ambiente.

Uma das preocupações centrais da coordenação do programa é o cuidado com o material didático distribuído às escolas. Para cada ano é escolhido um tema e produzido um livro. Em 2003, o tema foi *Árvores Nativas*. "Para fazer com que os livros sejam realmente utilizados, procuramos escolher assuntos empolgantes e produzir um material de qualidade tanto no conteúdo quanto na forma de abordagem e na apresentação", explica Saul Bianco, coordenador do Clube da Árvore e do Hortas Escolares. A professora Terezinha Maciel da Rosa, da cidade de Lindoeste, Santa Catarina, guarda todos os livros do programa desde a criação de seu Clube, em 1996. Ela coordena o clube da escola Cielito Lindo, onde ensina Ciências, Matemática e Biologia. "Como a escola não tem biblioteca, o material do Clube da Árvore é uma fonte de pesquisa valiosa para os meus alunos", comenta



Terezinha, que usa os livros nos trabalhos do clube e nas aulas.

Combinar atividades dentro e fora da sala de aula é uma das características do Clube da Árvore. “Em relação a outros projetos de educação ambiental que temos aqui na cidade, o grande diferencial do Clube da Árvore é que os alunos não aprendem só a teoria. Aliam a teoria à prática. Por isso, o programa desperta tanto interesse”, considera a professora Janete Vierheller, supervisora do Núcleo de Educação Ambiental (Neam) da Secretaria Municipal de Educação de Joinville, em Santa Catarina.

Em novembro de 2003, foi assinado um convênio para a implantação do Clube da Árvore e do Hortas Escolares em 50 escolas da rede municipal de Joinville, sob a supervisão do Neam.

Os membros do Clube da Árvore que moram na região de Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul, passaram a dispor de mais uma atividade em 2003. A Souza Cruz inaugurou na cidade o Parque Ambiental, com cerca de 85 hectares de área e mais de 700 espécies nativas e exóticas plantadas em 19 ambientes. Dentro do parque há a Cabana do Clube da Árvore, onde os alunos das escolas são recebidos para um passeio pelo local. “A visita é acompanhada por um educador ambiental e dura entre uma hora e uma hora e meia. No final, o grupo planta uma muda, que ficará no Parque Ambiental com uma plaquinha com o nome da escola”, explica Raquel Rabuske, responsável operacional do programa.

✓ Hortas a serviço do aprendizado

Como o Clube da Árvore, o programa **Hortas Escolares** ajuda a despertar a consciência ambiental de alunos de escolas públicas com um trabalho baseado no plantio de sementes e em atividades desenvolvidas em sala de aula. Foi criado em 1985 pela Souza Cruz e desde 2000 está sob a responsabilidade do Instituto Souza Cruz. A participação está concentrada principalmente no Rio Grande do Sul, onde o programa envolve 620 escolas e 30 mil alunos de 42 municípios. No Hortas Escolares, o trabalho de educação ambiental tem o objetivo adicional de estimular o consumo de hortaliças, enriquecendo a merenda escolar com a produção dos alunos e disseminando iniciativas de plantações caseiras.

Em 2003, o programa teve seu foco ampliado. O cultivo de hortas passou a ser tratado como um tema transversal que possa ser utilizado nas várias disciplinas escolares. “Antes nosso objetivo principal era a produção e utilização de hortaliças. Agora procuramos dar o enfoque mais didático ao Hortas Escolares, contemplando os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Não é a horta pela horta, mas a horta como instrumento educativo”, explica Saul Bianco. Para dar início a essa nova fase, foi produzido, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o livro *Hortas Escolares – O Ambiente Escolar como Espaço de Aprendizagem no Contexto do Ensino Fundamental*. O livro segue os PCNs e serve de instrumento para colocar em prática a nova proposta do Hortas Escolares.



Cabana do Clube da Árvore no Parque Ambiental de Santa Cruz do Sul

“Procuramos dar o enfoque mais didático ao Hortas Escolares, contemplando os Parâmetros Curriculares Nacionais. Não é a horta pela horta, mas a horta como instrumento educativo”

Saul Bianco, coordenador do programa

Apoio a outras iniciativas

Além de desenvolver os seus próprios programas, o Instituto Souza Cruz aposta em projetos de outras instituições. Todos eles investem em educação e continuarão recebendo apoio ao longo de 2004.

Em 2003, o instituto deu continuidade à parceria com a Alfabetização Solidária e também passou a fazer parte do grupo Empresários pelo Desenvolvimento Humano (EDH), que já alfabetizou 14.500 crianças em Pernambuco.

Ainda em 2003, o Comitê para Democratização da Informática (CDI) pôde, com o apoio do Instituto Souza Cruz, continuar o seu trabalho em comunidades das zonas rurais e da periferia das regiões de Criciúma, de Blumenau e do oeste catarinense, promovendo a inclusão digital de 1.450 jovens.

Duas outras iniciativas também contaram com a ajuda do instituto: a Casa Familiar Rural São Luiz, em Santa Catarina, e a Cooperativa da Mulher Rural de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro. Ambas são importantes no desenvolvimento do país, que avança estimulando oportunidades de empreendedorismo.



Artesanato faz parte da capacitação da Cooperativa da Mulher Rural de Nova Friburgo

Foco na mulher e no jovem do campo

Em 2001, o Instituto Souza Cruz comemorou seu primeiro aniversário e o Ano Internacional do Voluntariado selecionando projetos sociais para receber o seu apoio em 2002. Cerca de 400 funcionários de sua mantenedora indicaram 104 iniciativas de todo o país. Doze delas firmaram convênio com o instituto e duas contam com o seu apoio até hoje: a Cooperativa da Mulher Rural de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, e a Casa Familiar Rural São Luiz, em Santa Catarina.

Indicada por quatro funcionários da matriz da Souza Cruz, no Rio de Janeiro, a **Cooperativa da Mulher Rural de Nova Friburgo** foi criada em 1999, mas ainda não tem sede. Quando ela estiver pronta, a cooperativa pretende desenvolver um modelo de agrogócio para se tornar referência em produção rural: o processamento de alimentos. Hortaliças serão lavadas e acondicionadas, e frutas se transformarão em compotas. No início da parceria com o instituto, a idéia era viabilizar a construção de três módulos de produção (doces, multimistura e processamento). O projeto cresceu e o apoio também.

A sede, que vem sendo construída próximo da estrada Teresópolis-Friburgo (RJ-130), em Campo do Coelho, distrito de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, é composta de módulos para beneficiamento de legumes e produção de doces e pães especiais e vai contar também com uma loja para a venda de produtos artesanais e um restaurante. São 1.400 metros quadrados de área construída, distribuídos em dois pisos. A inauguração está prevista para o segundo semestre de 2004.

“Esperamos que a cooperativa se transforme num exemplo de desenvolvimento para outras comunidades rurais”, planeja Juvenal Nestor Condack, gerente administrativo da Souza Cruz e um dos responsáveis pela indicação do projeto. Segundo ele, além de agregar valor à produção agrícola local, a cooperativa vai poder explorar o potencial do circuito turístico da região

de Teresópolis-Friburgo por meio da venda de artesanato e doces caseiros, por exemplo.

Enquanto a sede não fica pronta, as 39 cooperativadas estão fazendo cursos na área de agroindústria e vêm sendo treinadas para administrar o empreendimento. Além do Instituto Souza Cruz, a prefeitura de Nova Friburgo, o Ministério da Agricultura e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (Emater-Rio) também são parceiros no programa.

“A cooperativa é um exemplo de cidadania”, resume Marcelo Monteiro da Costa, agrônomo e supervisor regional da Emater. “Quando estiver funcionando de fato, ela vai possibilitar a exploração de novos mercados”, afirma. Hoje, segundo ele, praticamente 100% da produção é vendida *in natura* nos centros de abastecimento por atravessadores. No futuro, as hortaliças serão higienizadas e processadas, o que possibilitará a venda para restaurantes e empresas, por exemplo.

Estima-se que o projeto beneficie indiretamente cerca de 180 famílias de Campo do Coelho. “Com a nova sede, vamos poder ajudar os agricultores da região dando um acréscimo de renda às mulheres”, comemora Maria Salete Rodrigues Ferreira, presidente da cooperativa. Para Marcelo Monteiro da Costa, o apoio do instituto está sendo fundamental nesse sentido. “Graças a ele, o projeto teve oportunidade de se expandir e de buscar novas alternativas para essas mulheres”, diz o engenheiro. “A parceria com o Instituto Souza Cruz está viabilizando a construção da sede e já melhorou muito a capacitação delas.”

✓ Mais educação na área rural

Indicada por Jacir Cláudio Mocellin, ex-orientador agrícola da Souza Cruz, a **Casa Familiar Rural (CFR) São Luiz**, no município de Águas de Chapecó, em Santa Catarina, também recebe apoio do Instituto Souza Cruz desde 2002. Na época, a casa tinha uma turma com dois alunos e outra com 15 e funcionava em condições muito precárias. “Tínhamos um dormitório coletivo, banheiro coletivo, dormitório do monitor, uma pequena sala pedagógica, uma sala de aula e uma cozinha com refeitório”, lembra Aparicio Rolim, professor da Casa Familiar Rural e coordenador pedagógico do projeto em 2003. “As alunas tinham que voltar para casa porque não havia alojamento para elas.”

Com a parceria, foram realizadas inicialmente melhorias nas propriedades rurais da localidade: reflorestamento, preservação de solo e água, tratamento adequado de lixo, resgate da consciência ecológica por parte das famílias e das comunidades. Em 2003, o apoio do Instituto Souza Cruz possibilitou a reforma e a ampliação da CFR. Foram construídos quatro dormitórios com banheiro, uma lavanderia, uma ampla sala de aula, uma estufa e um laboratório de informática com seis computadores. “Melhorou e muito a qualidade do ensino e a demanda também aumentou consideravelmente”, diz Cleoni Mocellin, diretora do Departamento de Educação do Município de Águas de Chapecó. “O mais importante da iniciativa é que ela atinge pessoas que já estavam fora da escola, defasadas e que, do contrário, não seria possível atingir”, conclui a diretora. A maioria dos alunos é filho de pequenos agricultores, em grande parte carentes. Muitos tinham deixado de estudar para trabalhar.

A Casa Familiar Rural São Luiz utiliza a chamada Pedagogia da Alternância. Jovens a partir de 14 anos recebem Ensino Fundamental e técnico e desenvolvem atividades na propriedade e fora dela. São 14 semanas por ano de atividade na escola, em período integral, e o restante na propriedade. Antes de entrar para a casa familiar, Edivandro Lorenzatto, 16 anos, pensava em abandonar a escola. “Não tinha nada a ver com a minha realidade”, diz ele. Agora, seu principal objetivo é utilizar os novos conhecimentos para melhorar a propriedade dos pais. Roberto Junior Schünenann, 17 anos, já vem fazendo isso com sucesso. “Aprendi na escola a produzir melhor com menos custo”, diz ele. Segundo o jovem, as principais mudanças que fez na propriedade de seus pais foram nas áreas de administração e planejamento. “Graças a elas, a produção aumentou muito”, comemora.

Para Valdenir Ezequiel, monitor e atual diretor da Casa Familiar, o maior retorno do programa está na capacidade de a escola gerar um futuro melhor para a agricultura e para quem vive dela.



Compotas e conservas:
produtos da Cooperativa
da Mulher Rural de
Nova Friburgo

“No final da formação dos jovens, a maioria das famílias já planta o que come. Eles aplicam o que aprendem em casa. É muito bom ver que estamos contribuindo para melhorar a agricultura e a vida deles também”

*Valdenir Ezequiel,
monitor e diretor da
Casa Familiar Rural
São Luiz*

Investindo em educação

Aos 3 meses de idade, Maria Priscila da Silva teve suas pernas gravemente feridas em um incêndio. Por causa disso, ficou muito tempo longe dos bancos escolares. Aos 10 anos, foi alfabetizada graças ao programa Se Liga. “Depois que aprendi a ler e escrever, mudou tudo na minha vida. Já li nas ruas as palavras barata, mala e banana. Gosto tanto de estudar que em casa eu dou aula para as minhas amigas. Apesar do meu problema, me sinto igual às outras crianças porque aprendi a ler e escrever”, afirmou ela no relatório do programa, divulgado em abril de 2004.

Maria Priscila é uma das 14.500 crianças que participaram do Se Liga em Pernambuco, um programa que alfabetiza alunos de 9 a 14 anos que apesar de freqüentarem a escola há vários anos ainda estão analfabetos. O Se Liga chegou ao estado em 2003 por meio de uma aliança do Instituto Ayrton Senna com o governo e 42 empresas e institutos empresariais, entre eles o Instituto Souza Cruz, que formam o grupo **Empresários pelo Desenvolvimento Humano (EDH)**.

A premissa principal do EDH é diminuir a distância entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Reunidos com o Instituto Ayrton Senna, os empresários-parceiros decidiram que, para atingir seus objetivos, nada melhor do que investir em educação e escolheram Pernambuco para iniciar a empreitada. A idéia é atacar o problema até que ele esteja completamente sanado no estado. A previsão é de que isso aconteça em seis anos.

Em 2003, 48 municípios, 243 escolas estaduais e municipais e 640 professores participaram do Se Liga Pernambuco. Ao término do ano letivo nas escolas públicas do estado, 81% dos alunos que integraram as turmas do programa foram alfabetizados.

Em 2004, muitas dessas crianças voltaram a freqüentar as salas de ensino regular, outras entraram no Acelera Pernambuco, um programa de aceleração de aprendizagem do Instituto Ayrton Senna que dá continuidade às ações do Se Liga, recuperando os anos perdidos em repetências.

“Além de ver as crianças alfabetizadas e acreditando na escola, um dos grandes retornos do Se Liga é que o governo de Pernambuco já está adotando alguns dos seus critérios para o estado todo”, comemora Cristina Ancona Lopez, gerente do EDH. Segundo ela, a união, nesse caso, é que faz a diferença. “O EDH mostra como a união de forças empresariais em torno de uma causa comum possibilita ações em atacado que podem resolver imensos desafios sociais.”

Criada em janeiro de 1997, a **Alfabetização Solidária** também funciona por meio de parcerias e recebe o apoio do Instituto Souza Cruz. Em 2003, 135 empresas, fundações e institutos empresariais se uniram em torno de um objetivo comum: reduzir os índices de analfabetismo nos municípios com as mais altas taxas do Brasil e fomentar a oferta pública de educação a jovens e adultos.

A aliança entre o Instituto Souza Cruz, reconhecido como organização solidária, e a Alfabetização Solidária teve início em janeiro de 2000. Desde então, já foram alfabetizadas 4 mil pessoas e capacitados 160 alfabetizadores.

Até o final do primeiro semestre de 2002, o instituto adotou os municípios de São Benedito do Sul (PE) e Jericó (PB). A partir de julho de 2002, passou a adotar Conde (BA) e Garanhuns (PE). Em 2004, mantém a adoção de Garanhuns.

Em 2003, foram alfabetizadas mil pessoas e capacitados 40 alfabetizadores. Por trás de cada um desses números, há muitas histórias. Aos 67 anos, Maria Lúcia Menezes da Silva, do município de Conde, na Bahia, comemora o início de uma vitória: “Já consigo ‘fazer’ o meu nome”, diz ela. “Quando era criança, não tinha professor na área rural. Era



Agência Alfabetização Solidária

Alunos do
Alfabetização Solidária

“A participação e o efetivo acompanhamento do projeto em busca do fomento para o desenvolvimento comunitário sustentável revelam o compromisso do instituto com as comunidades beneficiadas”

Regina Esteves de Siqueira, superintendente-executiva da Alfabetização Solidária

muito difícil. Eles ficavam um, dois meses e iam embora. Agora, quero aprender tudo.”

Foram instaladas dez salas de aula em cada um dos municípios. Em Conde e em Garanhuns, segundo o IBGE, de 1991 a 2000 houve uma redução de 19,73% e de 25%, respectivamente, na taxa de analfabetismo. Um resultado que reflete em parte os esforços da parceria. A oferta pública de educação de jovens e adultos também aumentou. Considerando os municípios atendidos pela organização, o crescimento da oferta de matrículas no período de 2000 a 2002 foi de 254,75%, enquanto nas localidades não atendidas ficou em 41,25%.

“A participação e o efetivo acompanhamento do projeto em busca do fomento para o desenvolvimento comunitário sustentável revelam o compromisso do instituto com as comunidades beneficiadas”, diz Regina Esteves de Siqueira, superintendente-executiva da Alfabetização Solidária.

Inclusão digital na área rural

Criado pelo empresário Rodrigo Baggio, o **Comitê para Democratização da Informática (CDI)** realiza um trabalho pioneiro de inclusão social. Utilizando a tecnologia da informação como um instrumento para a construção e o exercício da cidadania, o CDI implementa programas educacionais no Brasil e no exterior. A primeira Escola de Informática e Cidadania (EIC) foi criada em março de 1995 na favela Dona Marta, no Rio de Janeiro. De lá para cá, foram abertas 863 escolas em 35 cidades de 20 estados brasileiros e em mais dez países.

Com a ajuda do Instituto Souza Cruz, o CDI pôde atingir pela primeira vez, em 2002, comunidades das zonas rurais. Em 2003, o instituto apoiou 16 escolas de informática e cidadania no Sul do país: cinco no oeste catarinense, cinco em torno de Blumenau (SC) e seis na região de Criciúma (SC).

No oeste catarinense, as escolas de informática e cidadania estão localizadas em prefeituras e escolas dos municípios de Mondáí, Riqueza, Iraceminha, Maravilha e Flor do Sertão. No ano passado, cerca de 600 pessoas foram formadas por essas EICs. “As comunidades mais carentes passaram a ter acesso a uma ferramenta indispensável: o computador”, afirma Fernando Frank, coordenador do CDI na região. “A grande maioria dos envolvidos nas EICs nunca tinha visto um computador de perto. Nem imaginava ter a possibilidade de acesso ao equipamento e muito menos aulas em frente a um deles”, diz Wilson Pedro Carli, coordenador regional do CDI de Blumenau. Em 2003, 500 jovens frequentaram as EICs da região.

Das cinco EICs apoiadas pelo instituto em Blumenau, quatro se localizam em áreas rurais. A exceção é a de Camboriú, instalada em um bairro carente onde grande parte dos moradores é catador de lixo.

“A maioria dos alunos tinha até medo do computador. Eles ficavam esperando a gente fazer os primeiros movimentos”, diz Denise Cristina Silva Motta, educadora da EIC Tigipió, em São João Batista.

Na região de Criciúma, as escolas de informática e cidadania atendem tanto à população proveniente de áreas rurais quanto a das periferias. A maioria dos alunos das EICs de Santa Rosa, Maracajá, Lauro Müller, Criciúma, Araranguá e Pedras Grandes também nunca havia tido contato com computador. “Muitos deles vieram do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e ficavam estáticos na frente da máquina. Somente um ou dois alunos já tinham visto um computador de perto”, afirma Maria Vitoretti Onofre, secretária-geral da EIC Visão do Futuro, de Pedras Grandes.

Em 2003, cerca de 350 pessoas passaram pelas escolas de informática e cidadania da região. Os ganhos vão muito além do conhecimento da tecnologia. “Trabalhamos muito a questão da cidadania. Sentimos que, a partir do momento que você leva o projeto para a comunidade, ela passa a ter uma discussão diferenciada”, diz Ivan Roberto Westphal, coordenador regional do CDI em Criciúma.



Alunos do Comitê para Democratização da Informática: apoio do instituto à inclusão digital

“A maioria dos alunos tinha até medo de computador. Eles ficavam esperando a gente fazer os primeiros movimentos”

Denise Motta, educadora da EIC Tigipió, em São João Batista (SC)

Missão cumprida

Em 2003, o Instituto Souza Cruz também apoiou programas como Costa dos Coqueiros, Erradicação do Trabalho Infantil, Varejo Socialmente Responsável, Pró-Biblioteca, Verde Mais e Manguezais. Iniciativas que não estão mais sob a gestão do instituto em 2004.

Tanto o Varejo Socialmente Responsável quanto o Erradicação do Trabalho Infantil estão sendo geridos pela Souza Cruz. Os demais programas continuam existindo, mas não contam mais com a participação do Instituto Souza Cruz. Apesar da importância de todos esses projetos, eles não se alinham mais com o objetivo do instituto, que é priorizar iniciativas para o desenvolvimento do jovem rural. Um jovem capaz de ocupar um papel de destaque como protagonista do desenvolvimento local sustentado.

Responsabilidade social no pequeno varejo

Entre 2002 e 2003, uma iniciativa do Instituto Souza Cruz resultou na definição de indicadores de responsabilidade social para pequenas empresas dos setores de panificação e de bares e restaurantes. O instituto estabeleceu uma parceria com a Associação Brasileira da Indústria da Panificação e da Confeitaria (Abip) e com a Associação Brasileira de Restaurantes e Empresas de Entretenimento (Abrasel). Em conjunto com as duas associações, implementou um projeto que envolveu definição dos indicadores, um instrumento de auto-avaliação dos estabelecimentos e elaboração de guias de responsabilidade social.

A definição dos indicadores foi feita pelo Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, adaptando os modelos que o próprio Ethos havia desenvolvido para serem aplicados a grandes empresas. A avaliação, que envolveu cerca de 600 estabelecimentos, faz parte do programa **Varejo Socialmente Responsável**, criado para sensibilizar micro e pequenos empresários do comércio para a importância da responsabilidade social.

Foram distribuídos questionários aos participantes e, depois de tabuladas as respostas, no primeiro semestre de 2003, cada um recebeu um relatório com os indicadores de sua empresa e os indicadores gerais do segmento, de forma que pudesse comparar os resultados. Mais que traçar um diagnóstico dos dois setores, a intenção era difundir a cultura da responsabilidade social. Ações exemplares foram reunidas em dois bancos de práticas – um das padarias e outro dos bares e restaurantes – e os bancos foram disponibilizados no site do Instituto Souza Cruz.

O Varejo Socialmente Responsável foi lançado em 2000. Seu ponto de partida foi a realização do Fórum Brasileiro de Tendências e Responsabilidade Social do Varejo, realizado pelo Instituto Souza Cruz, pela Philip Morris e pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. O evento envolveu representantes de associações e federações de setores como o de panificação, o de supermercados, o de hotelaria e o de bares e restaurantes. Nos anos seguintes, foram realizados mais dois fóruns nacionais e cerca de dez fóruns regionais/setoriais.



Apoio à Jornada Integral Escolar

O Instituto Souza Cruz defende o lema de que o trabalho das crianças deve ser realizado na escola e se preocupa em fazer valer o direito a uma educação de qualidade.

Por isso, o instituto vem apoiando desde 2002 a Jornada Integral Escolar, que inclui atividades depois das aulas para crianças do Ensino Fundamental. A iniciativa faz parte do programa **Erradicação do Trabalho Infantil na Pequena Propriedade Rural**.

Para Leticia Lemos Sampaio, diretora-executiva do Instituto Souza Cruz, não basta tirar a criança do trabalho. É preciso dar uma alternativa educacional para ela e investir na melhoria da escola pública. É nesse sentido que o instituto orientou a Souza Cruz a doar 1% do seu imposto devido ao Fundo para Infância e Adolescência (FIA) de municípios que estiverem comprometidos com a erradicação do trabalho infantil e desenvolverem um projeto nesse sentido.

Foram selecionadas cidades das áreas rurais que demonstraram ter um compromisso com a promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. Em 2003, os municípios beneficiados foram Lajedo (PE), Agrolândia (SC) e Sinimbu (RS). Entre as atividades desenvolvidas pela Jornada Integral Escolar estão práticas esportivas, artísticas e culturais.



Atividades da Jornada Integral Escolar em Sinimbu, no Rio Grande do Sul

Estímulo ao desenvolvimento local

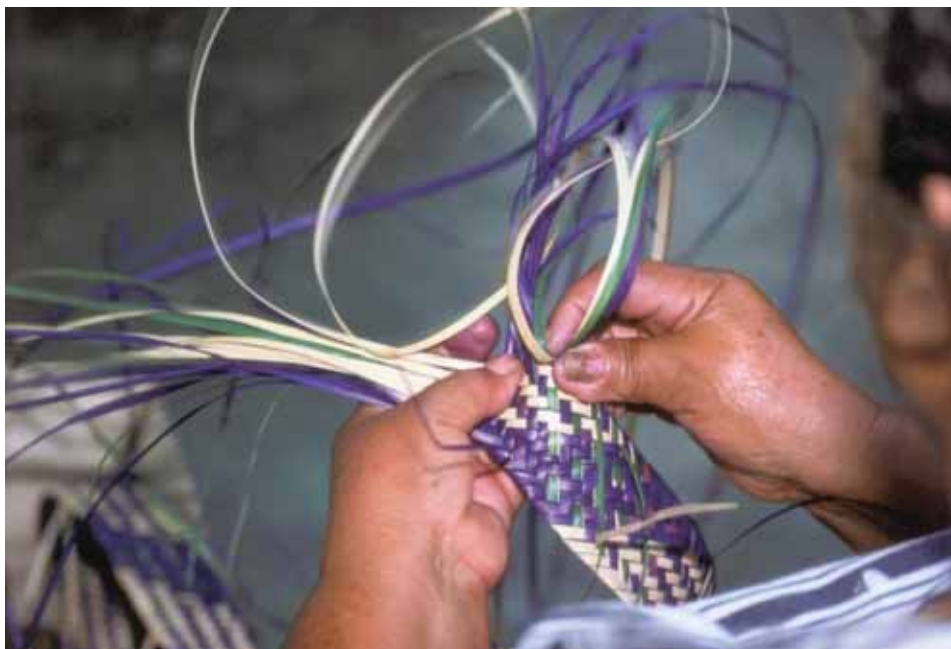
Moradores das localidades de Vila de Sauípe e Estiva, no litoral norte da Bahia, descobriram novas formas de usar os recursos da região em aulas de agricultura orgânica, confecção de cosméticos com ervas, apicultura e cooperativismo. Cursos sobre esses e outros temas foram oferecidos em 2003 pelo **Programa de Desenvolvimento Sustentado da Costa dos Coqueiros**, articulado pela organização não-governamental Instituto de Hospitalidade, de Salvador, e apoiado pelo Instituto Souza Cruz em 2002 e 2003.

No total, o programa atende 31 comunidades da Costa dos Coqueiros, trecho do litoral baiano onde estão instalados empreendimentos turísticos, como o complexo hoteleiro da Costa do Sauípe. O foco do trabalho é o desenvolvimento local sustentável dos pequenos povoados da região. Procura-se mostrar aos moradores desses povoados que eles podem se desenvolver em consonância com a economia do turismo. Para isso, o projeto engloba uma série de ações de capacitação profissional e

de valorização das atividades locais, como a agricultura e o artesanato.

Em Vila de Sauípe, que fica no município de Mata de São João, e Estiva, no município de Entre Rios, foram realizadas atividades ligadas à agricultura familiar. Um dos trabalhos foi uma pesquisa microfundária que levantou o que os agricultores plantavam em suas propriedades e o que era possível plantar. Os resultados foram apresentados à população em junho de 2003, em um seminário que abordou alternativas a serem adotadas pelos agricultores.

Dentro do Programa de Desenvolvimento Sustentado da Costa dos Coqueiros, foi organizada, também em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), uma pesquisa etnobotânica sobre as ervas cultivadas nas comunidades locais. Dois professores e cinco alunos da UFBA, ligados ao projeto Farmácia da Terra, encarregaram-se do trabalho de campo, que serviu de base para a discussão de formas de cultivo, aproveitamento e comercialização das ervas.



Artesanato feito por moradoras da Costa dos Coqueiros, no litoral norte da Bahia

Mais bibliotecas para as escolas

Segundo o Ministério da Educação, apenas 5,2% das escolas rurais de Ensino Fundamental e cerca de 50% das de Ensino Médio têm bibliotecas à disposição dos seus alunos. Na área urbana, 58,6% das escolas de Ensino Fundamental e 85% das de Ensino Médio estão nessa situação.

Números que o **Pró-Biblioteca** quer mudar. O projeto, uma iniciativa da Associação Rio-Grandense de Bibliotecários, teve início em 1998. De lá para cá, mais de 350 bibliotecas já foram beneficiadas em todo o país.

Cada empresa ou instituto doa 200 livros para as bibliotecas das escolas que escolher, entre as cadastradas. Os títulos, grandes clássicos brasileiros e estrangeiros, foram selecionados por bibliotecários e professores da rede de ensino dos níveis Fundamental e Médio e aprovados pelo Ministério da Cultura e pela Biblioteca Nacional.

O Instituto Souza Cruz apoiou o projeto em 2003. Nesse período, foram beneficiadas 50 bibliotecas dos municípios de Cachoeirinha, Gravataí, Rio Pardo e Passo do Sobrado, todos no Rio Grande do Sul. Parte dessas bibliotecas está localizada em áreas rurais.

“Algumas escolas, principalmente as rurais, não tinham bibliotecas, mas, sim, uma prateleira com quatro, cinco exemplares”, diz Vera Regina Shida, coordenadora do Pró-Biblioteca. “Muitos acervos foram formados e outros atualizados graças à doação do instituto.”

Reflorestamento e educação ambiental

Em 2003, foram concluídos dois projetos ambientais envolvendo a parceria do Instituto Souza Cruz com a Fundação OndAzul no estado do Rio de Janeiro: o **Verde Mais**, realizado em encostas de morros sob risco de deslizamento, e o **Programa de Recuperação de Manguezais da Baía de Guanabara**. A Fundação OndAzul é uma organização não-governamental que desenvolve trabalhos de preservação e conservação do meio ambiente. Junto com o instituto, combinou nesses dois programas ações de reflorestamento e de educação ambiental dos moradores locais.

O Verde Mais, iniciado em 2000, recuperou 10 hectares de encostas em dois morros do Rio de Janeiro – Tavares Bastos, no Catete, e Pereirão, em Laranjeiras – e dois de Niterói – Armação e Preventório. Nas áreas degradadas, a equipe do programa coordenou o plantio de mudas, com a participação das comunidades dos morros, e acompanhou o desenvolvimento das árvores até que o reflorestamento estivesse consolidado. A Cooperativa de Trabalhadores em Reflorestamento e Recuperação Ambiental (Coopflora) se encarregou do treinamento, do fornecimento de mudas e adubos, da supervisão técnica do plantio e da manutenção do reflorestamento.

Para que os resultados fossem mais consistentes, o envolvimento dos moradores foi incentivado desde o início do programa. Houve reuniões e palestras para esclarecê-los sobre os objetivos e métodos do Verde Mais e foram organizados mutirões de plantio de mudas nos quatro morros. Além de despertar a consciência ambiental dessas comunidades, mobilizando-as para tentar resolver outros problemas que elas enfrentam, esse trabalho contribuiu para evitar que voltasse a haver desmatamento nas áreas recuperadas.

O Programa de Recuperação de Manguezais da Baía de Guanabara começou em 2001 e foi desenvolvido por um grupo de cinco ONGs, o Consórcio Baía Azul. O Instituto Souza Cruz apoiou o reflorestamento de 5 hectares de manguezais em torno da Baía de Guanabara, no município de Magé. Em uma primeira etapa do projeto, a equipe abriu drenos nos canais de acesso à baía para irrigar a área degradada, evitando a salinização do terreno. Em seguida, foram plantadas mudas de vegetação do mangue. Como no programa Verde Mais, foi feito também um trabalho de conscientização das pessoas que vivem na região para garantir a preservação e o uso sustentável dos recursos naturais do mangue.

À esquerda, Morro do Preventório, em Niterói (RJ), área de atuação do programa Verde Mais. Abaixo, manguezal na Baía de Guanabara



Audidores e indicadores financeiros

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Srs. Conselheiros e Diretores do
Instituto Souza Cruz
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais do Instituto Souza Cruz, levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do superávit (déficit), das mutações do patrimônio social e das origens e aplicações de recursos para os exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Souza Cruz em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, os resultados de suas atividades, as mutações do seu patrimônio social e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil a entidades sem fins lucrativos.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Audidores Independentes
CRC-SP 011609/O-S-RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC-RJ 362063/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	2003	2002
CIRCULANTE		
Caixa e bancos	50	295
Títulos e valores mobiliários	6.525	2.604
Despesas antecipadas	-	6
Outras contas a receber	-	1
Total do circulante	6.575	2.906
TOTAL	6.575	2.906

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

CIRCULANTE		
Contas a pagar	317	110
Impostos e encargos sociais a recolher – terceiros	10	15
Total do circulante	327	125
PATRIMÔNIO SOCIAL – Superávit acumulado	6.248	2.781
TOTAL	6.575	2.906

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO SUPERÁVIT (DÉFICIT) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
(Valores expressos em milhares de reais)

	2003	2002
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receitas de doação	7.273	7.318
Receitas financeiras	296	506
Total das receitas operacionais	7.569	7.824
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas com projetos	(3.480)	(6.566)
Despesas gerais	(609)	(1.328)
Despesas financeiras	(13)	(16)
Total das despesas operacionais	(4.102)	(7.910)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	3.467	(86)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002
(Valores expressos em milhares de reais)

	Superávit acumulado
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2002	2.867
Déficit do exercício	(86)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	2.781
Superávit do exercício	3.467
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003	6.248

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002**
(Valores expressos em milhares de reais)

	2003	2002
ORIGENS (APLICAÇÕES) DE RECURSOS		
Superávit (déficit) do exercício	3.467	(86)
Recursos oriundos das (aplicados nas) operações	3.467	(86)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	3.467	(86)
REPRESENTADO POR		
Ativo circulante no final do período	6.575	2.906
Ativo circulante no início do período	2.906	3.725
Aumento (redução) do ativo circulante	3.669	(819)
Passivo circulante no final do período	327	125
Passivo circulante no início do período	125	858
Aumento (redução) do passivo circulante	202	(733)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	3.467	(86)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E DE 2002**
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Souza Cruz é uma associação civil de natureza educacional e cultural, sem fins lucrativos, fundada em 27 de junho de 2000, concebida para a promoção de ações socioeducacionais e culturais que contribuam para o desenvolvimento sustentável do cidadão brasileiro.

O exercício social do Instituto compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras podem ser resumidas como segue:

Títulos e Valores Mobiliários – São registrados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Passivos – São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis.

Receitas com contribuições e doações – São contabilizadas como receita quando efetivamente recebidas. As demais receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se a investimentos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT), Letras do Tesouro Nacional (LTN) e fundo de investimento em renda fixa.

4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Instituto Souza Cruz tem imunidade relativa à tributação de Imposto de Renda e de contribuição social.

A equipe interna do Instituto Souza Cruz

✓ **Leticia Lemos Sampaio** é socióloga, com graduação e pós-graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Fez MBA Executivo no Coppead/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Após muitos anos de atuação na área de recursos humanos, Leticia foi convidada a assumir a Diretoria Executiva do Instituto Souza Cruz, associação civil sem fins lucrativos fundada em julho de 2000. **E-mail:** leticia.sampaio@scruz.com.br

✓ **Luiz André Soares**, antropólogo, com graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e mestrado pela Coppead/Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atualmente conclui o seu doutoramento no Museu Nacional/UFRJ. É gerente de projetos sociais. **E-mail:** luiz.andre@scruz.com.br

✓ **Adriana Martins**, assessora de projetos sociais do instituto, é jornalista com ênfase em comunicação para o desenvolvimento social. Fez MBA em E-Business na Fundação Getúlio Vargas e atuou no Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), na Rede de Informações do Terceiro Setor (Rits), no jornal *O Dia* e no InvestShop.com. **E-mail:** adriana.martins@scruz.com.br

✓ **Marcos Marques de Oliveira**, assessor de projetos sociais do instituto, é jornalista, cientista político e doutorando em Educação Brasileira pela Universidade Federal Fluminense (UFF), onde faz pesquisas sobre o empresariamento educacional e a nova relação Estado e sociedade civil no país. **E-mail:** marcos.marques@scruz.com.br

✓ **Simone Amorim**, graduada com licenciatura plena em Letras e pós-graduada em Lingüística e especialista em Sociologia Urbana, colabora com o Instituto Souza Cruz na área administrativa desde a sua fundação, em 2000. **E-mail:** simone.amorim@scruz.com.br

✓ **Lucas Ribas Garcia** é estagiário do instituto e participa da implantação de um Núcleo de Empreendedorismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde cursa o oitavo período de Psicologia. Também desenvolveu pesquisas de percepção do espaço e profundidade. **E-mail:** lucas.ribas@scruz.com.br

✓ **Marina de Castro Ferreira Saraiva**, estagiária do instituto, está no sétimo período de Jornalismo na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde trabalhou por dois anos em um projeto de pesquisa e desenvolvimento de linguagem em meios de comunicação digital. Fez estágio também na assessoria de comunicação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro. **E-mail:** marina.saraiva@scruz.com.br

✓ **Olga Prado Carcovich** está no sétimo período de Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-Rio). Antes de estagiar no Instituto Souza Cruz, atuou como voluntária na Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) em projetos de sensibilização voltados para a erradicação do trabalho infantil e participou de uma pesquisa sobre cidadania e educação entre os estudantes de escola pública e privada junto com professores do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio. **E-mail:** olga.carcovich@scruz.com.br

Em 2003, o Instituto Souza Cruz contou também com o trabalho e o apoio do gerente de projetos sociais Flávio Goulart e das estagiárias Karen Kebian, Juliana Torres e Flavia Soares.

Relatório de Atividades 2003

Produção: Cross Content Comunicação Integrada. Edição e reportagem: Andréia Peres e Luiz Sampaio. Revisão: Rosimeire Ribeiro. Arte: Adriana Cunha. Fotos: Junio Nunes, Mila Petrillo, divulgação/CDI, divulgação/Alfabetização Solidária e arquivo/Instituto Souza Cruz.

Organizações parceiras em 2003

- Ação Comunitária do Brasil
- Alfabetização Solidária (AAPAS)
- AMR Social Comunicação
- Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria (Abip)
- Associação Brasileira de Bares, Restaurantes e Similares (Abrasel)
- Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco)
- Associação Internacional dos Estudantes em Economia do Rio de Janeiro (Aiesec)
- Atual Rio Eventos e Assessoria Empresarial
- Cajá Agência de Comunicação
- Calypso Engenharia Ambiental
- Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural de Santa Catarina (Cedejor)
- Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural do Rio Grande do Sul (Cedejor)
- Centro de Estudos Olinto de Oliveira
- Centro de Integração Empresa Escola (Ciee)
- Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde (Claves)
- Cia. das Idéias & Opiniões
- Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Vila Prudente
- Comitê para Democratização da Informática (CDI)
- Comunicarte Agência de Responsabilidade Social
- Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente de Agrolândia (SC), Lajedo (PE) e Sinimbu (RS)
- Cooperativa da Mulher Rural de Nova Friburgo
- Cooperativa de Trabalhadores em Reflorestamento e Recuperação Ambiental (Coopflora)
- Costa Marques Pesquisa e Comunicação Social
- Costa Reis & Vilhena Consultoria
- Cross Content Comunicação Integrada
- Cultura Mestiça Produções Culturais e Educacionais
- Deloitte Touche Tohmatsu
- Desafio Consultoria
- Diretoria Regional de Ensino de Campinas Leste
- Diretoria Regional de Ensino de Campinas Oeste
- Escola de Administração de Empresas de São Paulo (Fundação Getúlio Vargas)
- Fractalís Renovação Empresarial
- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da USP
- Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho
- Fundação Movimento OndAzul
- Fundação Semear
- Grupo Gazeta de Comunicação
- Hipermídia Produção e Comunicação
- Instituto Ayrton Senna
- Instituto de Hospitalidade
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- Jornal Zero Hora de Porto Alegre
- LO Baptista Advogados e Associados
- Megalógica Projetos
- Modus Faciendi Agência de Responsabilidade Social
- Prefeitura de São João de Meriti (RJ)
- Prefeitura Municipal de Joinville (SC)
- Quattri Design e Consultoria
- Secretaria de Meio Ambiente de Niterói
- Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Epagri)
- Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina
- Secretarias Municipais de Educação de Acopiara (CE), Araxá (MG), Orós (CE), Pará de Minas (MG), Quixelô (CE), Santa Cruz do Sul (RS), Vila Velha (ES)
- Secretarias Municipais de Educação e Cultura de Iguatu (CE), Juiz de Fora (MG) e das cidades do Vale do Rio Pardo (RS)
- Sindicato da Indústria da Panificação e Confeitaria (Sindipan)
- Sindicato das Indústrias do Fumo (Sindifumo)
- SIM Ogilvy Comunicação
- Tetraplan Consultoria e Planejamento
- Totem Pesquisa e Desenvolvimento
- Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc)
- Vida Produtos e Serviços em Desenvolvimento Ecológico



Instituto Souza Cruz

Presidente

Nicandro Durante

Diretores

Constantino Luís Nunes de Mendonça

Gerson Cardoso

Diretora-Executiva

Leticia Lemos Sampaio

Conselho Fiscal

Antônio Duarte de Castro

Paulo Eduardo Santos

Dante Letti

Rua da Candelária, 66, 7º andar - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20092-900
Telefone: (21) 3849-9619 Fax: (21) 3849-9778
www.institutosouzacruz.org.br